

Exmo Senhor Dr. Luiz Fagundes Duarte
Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência

Exmo Senhor Prof. José Ferreira Gomes
Vice- Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência
Relator do Relatório Parlamentar sobre a Ciência em Portugal

Exmos. Senhores Deputados,

A conferência que decorreu ontem na Sala do Senado sobre Ciência em Portugal foi na minha opinião um sucesso pela qualidade da organização, pela afluência do público e pela qualidade do debate mas sobretudo pelo precedente que foi criado pela audição de peritos e partes interessadas e a inclusão dos seus escritos e opiniões no processo legislativo. Tenho muito orgulho em ter podido participar nele. Envio os meus parabéns à Comissão por este grande sucesso, por ter conseguido mobilizar um número significativo de presenças e por ter resolvido com tanta elegância técnica a apresentação do Dr. Sweeney !

Conforme solicitado, envio comentários e esclarecimentos complementares, para comunicação à Comissão:

- O conceito de “ciência socialmente relevante” é importantíssimo, mas como expressão morreu ontem, pela perturbação que gerou. O Dr. Sweeney bem disse que para termos uma ciência com impacto no bem-estar na vida das pessoas, objectivo de que não abduco, temos de ter a Academia a apoiar esse conceito, e a melhor forma é pedir-lhe que ajude o Parlamento a formular os objectivos para a Ciência em Portugal.
- Proponho que se estude o modelo britânico de prioridades de investigação, disponível em <http://www.rcuk.ac.uk/research/priorities/Pages/home.aspx> e que que permitirá à Academia perceber melhor aquilo que eu ontem propus. (A expressão “prioridades de investigação” passaria assim a substituir a expressão “ciência socialmente relevante”)
- Assumo a distinção entre Investigação pura, baseada sobre a excelência e financiada pelo Estado, e uma investigação de vertente tecnológica orientada para a resolução de problemas e para a competitividade das empresas, sem rejeitar contudo que a primeira até possa potenciar a segunda – como foram das maiores descobertas para o Homem dos últimos 100 anos (raios X, penicilina, etc)
- Não obstante essa distinção, advogo que a Ciência financiada pelo Estado (ou uma parte dela) siga as Prioridades de Investigação definidas em sede política.
- Considero que uma vez o conceito de Prioridades de Investigação bem entendido, as objeções que os representantes do PS e do Bloco de Esquerda na Comissão manifestaram ontem ao princípio de “ciência socialmente relevante” (a priori left-friendly), desaparecerão.

Num registo diferente, peço à Comissão que debata e aprove ou recomende, conforme a sua competência, medidas de fiscalização à natureza dos investimentos e custos que as empresas anualmente comunicam ao Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional . Como V. Exas sabem, esses montantes têm um impacto directo na conta de lucros da empresa em termos de crédito fiscal via SIFIDE, medida legislativa que tem revelado ser um potente incentivo para as empresas desenvolverem as suas competências e capacidades de I&D, mas que por essa razão também tem uma consequência de sinal inverso na receita do Estado. Os valores envolvidos aconselhariam a uma cuidadosa verificação por parte do Estado quanto à elegibilidade das despesas apresentadas.

Finalmente, o nome proposto para a “Entidade Reguladora da Ciência” ora me lembra George Orwell, ora a Santa Inquisição. É obvio que vamos precisar de um organismo congénere (ou que inclua as competências) do “Higher Education Funding Council for England” do David Sweeney, mas para entidades “reguladoras” já temos a ERSE (serviços energéticos) e as Comissões Reguladoras do Estado Novo, nomenclatura pouco consentanea com a Ciência. Proporia assim que se parta da estrutura actual da FCT (para quê construir uma segunda ?) e se se quiser dar uma ideia de mudança, o nome para essa “nova” instituição, desgovernamentalizada ou não, poder-se-ia chamar “Ciência Portugal”, um termo mais moderno.

Colocando-me ao serviço da Comissão de Educação e Ciência para aquilo que entenderem que o nosso painel ainda possa contribuir, envio os meus votos de bom Natal.

Peter Villax
Administrador
Hovione

Caro Profs Luís Fagundes Duarte e José Ferreira Gomes

Começo por agradecer a oportunidade que a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência (CPES) proporcionou à comunidade científica para exprimir pontos de vista diversificados sobre as políticas públicas de I&D, em particular, o financiamento, os recursos humanos e a avaliação.

Correspondendo ao vosso apelo, venho, agora, sugerir que a CPES foque a sua atenção sobre o sub-sistema do nosso sistema científico e tecnológico constituído pelos Laboratórios do Estado (LE). Penso que seria particularmente relevante (i) evocar as

principais missões dos LE, a saber, a informação da tomada de decisão (política, administrativa e operacional) e a minimização dos riscos públicos, e (ii) identificar os principais constrangimentos ao pleno cumprimento destas missões.

Permito-me, no que respeita à criação da base de conhecimento para a tomada de decisões políticas, recordar, p ex, o papel do LNEC na definição da localização do novo aeroporto de Lisboa ou do INSA no alargamento do Plano Nacional de Vacinação à imunização anti-meningocócica. Por outro lado, abundam situações recentes em que os LE foram instrumentais na prevenção, mitigação ou adaptação no domínio dos riscos públicos: fenómenos meteorológicos extremos (IM), derrame de crude pelo navio-tanque Prestige (IH), BSE (LNIV), problemas estruturais das pontes (LNEC) ou pandemia de gripe A (INSA).

Dado que os relatórios ontem apresentados e debatidos muito pouca atenção prestaram à realidade dos LE, parece-me muito oportuna a realização de um evento complementar a propósito deste conjunto de instituições em que a I&D se articula com a vigilância/monitorização e a função referência, para além, é claro, da capacitação de recursos humanos altamente diferenciados.

Cordialmente

João Lavinha
Departamento de Genética
Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge

Exmo. Sr. Doutor Luiz Fagundes Duarte,

Sou investigadora auxiliar do ITQB-UNL e queria referir uma questão relativa à carreira científica em Portugal, assunto abordado na Conferencia sobre a Ciência que teve lugar hoje. Vários intervenientes referiram a necessidade de haver uma definição da carreira científica no meio académico, com a qual concordo inteiramente. É preciso deixar bem claro que a larga maioria dos investigadores contratados para os laboratórios associados ou no âmbito dos programas Ciência, concorda inteiramente com a importância de um processo de avaliação para a selecção

dos melhores candidatos a continuarem as suas carreiras no meio académico. Não só somos a favor de uma avaliação rigorosa como, não desejamos que todos os doutorados contratados no âmbito destes programas tenham a possibilidade de continuar a sua carreira nas instituições em que estão integrados. Apenas os melhores o devem fazer. No entanto, neste momento, nem os melhores têm uma perspectiva de uma carreira com "tenure track".

Esta incerteza tem consequências graves. Uma delas, que pude constatar com exemplos concretos recentes, é a saída de investigadores estrangeiros, que fizeram um aposta em Portugal, mas que não estão dispostos a ficar cá até ao fim dos seus contratos, sem saberem quais são as hipóteses de serem contratados a seguir, mesmo no caso de serem bem sucedidos. Assim sendo, os melhores vão-se embora, porque lhes são oferecidas outras oportunidades noutros países, ficando apenas aqueles que têm uma relação pessoal com Portugal ou que não encontram uma posição alternativa. Penso assim que é urgente dizer aos investigadores quais serão as medidas tomadas para que, caso demonstrem ter qualidade suficiente (e apenas nesse caso), possam passar para uma carreira com "Tenure Track". Se isto for feito muito próximo do fim dos 5 anos de contrato que muitos destes investigadores têm, os melhores já se terão ido embora.

Com os melhores cumprimentos,
Mariana Gomes de Pinho